

Governo tenta solução para pequeno e médio empresário endividado

O ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, disse ontem no Rio que o governo está discutindo com os constituintes uma forma de aliviar os pequenos e médios empresários e agricultores endividados, que seja compatível com as possibilidades do Tesouro Nacional. Maílson afirmou que a União não suportará o ônus de 10 bilhões de dólares, que é o cálculo de seu Ministério para a dívida dos agricultores e pequenos empresários com a rede oficial de bancos.

Sem revelar a fórmula que seus assessores estão discutindo com os líderes do governo no Congresso, Maílson explicou que está empenhado em esclarecer tanto os constituintes quanto a opinião pública sobre a gravidade de eventual decisão da Constituinte anistiando essas dívidas. "Não acredito que os constituintes estejam sendo movidos por interesses eleitoreiros nessa questão. Acho que eles estão fazendo o mal querendo fazer o bem", avaliou Maílson.

O ministro Maílson voltou a reafirmar que a Constituinte é soberana e qualquer decisão por ela tomada será acatada. Mas não perdeu a oportunidade para ironizar os congressistas: "Se a decisão da Assembléia for de desorganizar a economia, nós acataremos."

Acordo da dívida — Maílson garantiu que o acordo sobre a dívida externa está muito próximo, dependendo apenas "de algumas questões jurídicas". O ministro da Fazenda elogiou os termos do acordo, enfatizando que suas bases "são muito favoráveis ao Brasil". Ele voltou a exibir os indicadores que, na sua opinião, revelam ser este o melhor acordo já feito pelo Brasil: "Nós conseguimos um prazo de pagamento de 20 anos, o maior já obtido por um país do Terceiro Mundo, e um prazo de carência de 8 anos, além de taxas de juros baixas, muito próximas das que o México e a Argentina estão pagando aos bancos."

O ministro afirmou que a decisão do governo francês de propor, na reunião dos sete países mais industrializados, a redução de juros para os países endividados não terá nenhum impacto para o Brasil. "A proposta refere-se a países com baixa renda *per capita*, que não é o nosso caso. Mas devemos saudar essa proposta como um passo na direção de querer resolver os problemas dos países endividados", afirmou Maílson da Nóbrega.

Afif quer que país do Cruzado paguem conta

Se a Assembléia Constituinte aprovar a emenda que propõe a anistia às dívidas dos micro e pequenos empresários e produtores rurais, no valor de CZ\$ 1 trilhão 642 bilhões, o deputado Guilherme Afif Domingos (PL) gostaria de propor que os prejuízos sejam debitados aos pais do Plano Cruzado, incluindo o presidente da República, que provocaram a atual situação.

Afif observou que "tal problema não deve ser levado para a Constituinte, devendo-se procurar uma forma de congelamento da correção monetária por período suficiente que permita às empresas empatar a corrida da inflação, pois o passivo tem correção total, enquanto o ativo não segue os índices inflacionários". Neste caso, disse ele, a Constituinte está sendo usada como forma de pressão, embora esta questão devesse ser resolvida pelo Executivo.

O presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Amaury Temporal, que ontem recebeu Afif para um almoço com empresários, também manifestou-se contra a anistia — que ele prefere chamar de perdão, devido à conotação política do termo — pois significaria a transferência da dívida de um segmento para a sociedade como um todo. Trata-se ainda de problema ético e moral, disse ele, pois as empresas que pagaram seus débitos serão novamente chamadas a pagar pelo prejuízo ao governo. Esta situação decorre do descalabro que se sucedeu ao Plano Cruzado, quando mudaram as regras do jogo, observou.

Déficit — Afif está convicto de que o governo não vem combatendo o déficit público por ser muito fraco, não podendo levar adiante qualquer plano de austeridade porque tem dívidas com quem o sustenta. Assim, a exemplo do que vem acontecendo na Assembléia Constituinte, existe uma política de clientelismo dos governadores, ocorrendo "transação" em vez de transição, disse ele. O empresário citou o rei Luis XVI, guilhotinado depois de denunciar esse tipo de política que atende aos interesses dos amigos. E afirmou que o presidente Sarney tem muitos amigos e parentes.

O senador Roberto Campos, que também participou do almoço, e é igualmente contra a anistia às dívidas dos micro e pequenos empresários, condenou o tabelamento dos juros pela Constituinte. O governo pode baixar os juros, pois detém a maior demanda de crédito no mercado, e cortar o seu déficit, disse ele, considerando insatisfatório o esforço no combate ao déficit.

Fiemg acha a anistia prêmio a incompetente

BELO HORIZONTE — O presidente da Fiemg — Federação das Indústrias de Minas Gerais, Nansen Araújo, posicionou-se ontem contra qualquer tipo de anistia, que ele classifica de "ato injusto com a comunidade, que teria que carregar as dificuldades de uns". Dono da Nansen S/A Instrumentos de Precisão, com fábricas em Contagem e na Colômbia, o presidente da Fiemg diz que a aprovação de emendas que perdoam dívidas de micros e pequenas empresas seria "premiar a incompetência".

"Quem empreende, quando não tem competência, tem que fechar as portas sem sobrecarregar os outros. As dificuldades são atributos do regime capitalista. Se uns sobrevivem, por que outros não poderiam? É o risco da livre iniciativa", sentenciou o industrial de 87 anos, que fundou sua empresa há 58 anos, depois de formar-se em Medicina. Disse que a alegação de conseqüências do Plano Cruzado é *simples evasiva*, para justificar o não pagamento de dívidas.

Nansen Araújo admitiu a busca de soluções para quem "sobreviveu, embora tropeçando, ao período adverso, porque mostrou que tem competência". Sugeriu que sejam os casos estudados um a um, para a dilatação de prazos de pagamento. E acha razoável a dispensa de correção monetária a partir da implantação da lei. Mas, sentença: "Anistia, não. Sou contra perdão de dívidas, sejam elas fiscais, de correção monetária ou qualquer outra."

Caiado defende emenda vaiado pela CUT e PT

VITÓRIA — Militantes da CUT e do PT hostilizaram o presidente da UDR nacional, Ronaldo Caiado, que esteve na capital do Espírito Santo para encerrar a manifestação contra o leilão de propriedades rurais e a favor da emenda que extingue a correção monetária e os juros que inviabilizaram que os produtores rurais saldassem seus débitos para com os bancos.

O presidente da UDR falou para um público aproximado de 1 mil 800 pessoas e teve que enfrentar, durante todo o tempo em que discursou, os *cutistas*, que gritavam, ao lado de petistas, palavras de ordem contra a UDR e o seu presidente nacional. Os manifestantes portavam cartazes de um líder rural *cutista* local, João Francisco, assassinado por fazendeiros filiados à União Democrática Ruralista. Um defeito, ou uma sabotagem, como asseguraram os dirigentes da UDR local, acabou com o som do discurso de Ronaldo Caiado e apressou o encerramento da manifestação.

Durante o seu discurso, que começou com um enfrentamento com *cutistas* e petistas que o acusaram de estar ajudando o capital estrangeiro a dilapidar os produtores rurais, Ronaldo Caiado pregou a necessidade de resistência dos devedores bancários que pegaram empréstimos durante o Plano Cruzado. Assegurou, também, que o Brasil só tem dois caminhos, explicando: "Ou vamos viabilizar o Brasil que trabalha e gera impostos, ou vamos ficar com o Brasil da corrupção e da agiotagem."